

## Parecer Jurídico 58/2023

Protocolo 36990 Envio em 01/09/2023 13:23:26

### Assunto: Projeto de Decreto Legislativo 02/2023

Trata-se de parecer ao projeto de Decreto Legislativo nº 02/2023, de autoria do Vereador Paulo Roberto Pereira, na qual concede o título de Cidadão Paraguaçuense ao Dr. Edivaldo Hasegawa, pelos relevantes serviços prestados à população da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

IV prevê :

A Lei Orgânica do Município, em seu Art. 59 “caput” e parágrafo único, Inciso

**Art. 59** Os decretos legislativos são deliberações do Plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e apreciação político-administrativa, para produzir seus principais efeitos externos e deverão ser divulgados oficialmente.

**Parágrafo único** – os decretos legislativos são próprios para, entre outras, regular as seguintes matérias:

**IV – concessão de títulos honoríficos”**

assim diz:

Já o artigo 207 do Regimento Interno desta Casa, que regulamenta a matéria,

**“Art. 207** - Projeto de Decreto Legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara, que excede os limites de sua economia interna, não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

**§ 1º** - Constitui matéria de Decreto Legislativo:

**e) a concessão de título de Cidadão Paraguaçuense ou qualquer outra honraria ou**

**homenagem a pessoas que, reconhecidamente, de forma gratuita e voluntária, sem auferimento de qualquer vantagem profissional, política ou pessoal, tenham prestado relevantes serviços ao Município.”**

Após análise das justificativas, entendo, s.m.j. desta Comissão, que a propositura atende aos requisitos descritos na alínea “e” acima citada, uma vez que os serviços médicos prestados pelo homenageado foram relevantes para a população e foram efetuados de forma gratuita e voluntária, sem auferimento de quaisquer vantagem.

Se enquadra ainda quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do § 2º, parte final, do art. 207 do Regimento Interno e art. 30, Inc. I, da Constituição



Federal.

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Lei é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 01 de setembro de 2023

Mario Roberto PLazza  
Procurador Jurídico

